

Fronteira e Imigrantes em Perspectivas de Comunidades de Prática¹

Marco Aurélio de Oliveira², Renata Miceno Papa³

Resumo

Neste artigo apresentamos a criação do Circuito, rede integrada de agentes públicos, representantes de órgãos governamentais ou não, que atuam diretamente com a temática imigrante, seja no acolhimento, no atendimento ou no encaminhamento. O Circuito constitui-se como espaço de prospecção de demandas, nas quais as Comunidades de Prática, aqui entendidas como ações do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), irão atuar. Debateremos aqui as funcionalidades de ambas as iniciativas, bem como alguns exemplos de suas aplicabilidades. Considerando as principais características do MEF, Interdisciplinar e Profissional, isso, obviamente, tem-se apresentado como uns de seus maiores desafios, uma vez que entre os preceitos que o fundamenta está a existência de aplicação da pesquisa e transferência de seus resultados no ambiente profissional do discente.

Palavras-chave: Imigrante, Estudos Fronteiriços, Comunidades de Prática.

Abstract

In this article we present the creation of the circuit, integrated network of public officials, representatives of government agencies or not, who work directly with the immigrant issue, either in host, in attendance or routing. The circuit is constituted as prospecting space demands, in which the Communities of Practice, here understood as MEF's actions will act. We will discuss here the features of both initiatives, as well as some examples of their applicability. Considering the main features of the MEF, Interdisciplinary and Professional, this obviously has emerged as one of its greatest challenges, since among its precepts which it is based is the existence of application of research and transfer of results in the professional environment student.

Key words: Immigrant, Border Studies, Communities of Practice.

¹ Este artigo é fruto de Projeto de Pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital 014-2014/Universal).

² Docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. / Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

³ Assistente Social, servidora municipal na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Corumbá, MS, Brasil.

Introdução

Em 2008 foi implantado, em Corumbá, MS, o *Mestrado em Estudos Fronteiriços* (MEF), com dupla característica fundamental: Interdisciplinar e Profissional. Tem como objetivo central a qualificação de profissionais que atuam em empresas e instituições que lidam diretamente com as problemáticas relacionadas às fronteiras internacionais. Neste sentido, pensamos que esta seja uma cidade privilegiada para a implantação deste Mestrado, principalmente, por ser palco de vivências notadamente fronteiriças, como, por exemplo: imigração, tratos entre o legal e ilegal, solidariedade e preconceito, aproximações e distanciamentos. Ladeada por três municípios (Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia), Corumbá funciona, para diversos pesquisadores e estudiosos do MEF como laboratório, no qual, não apenas a percepção torna-se mais aguçada, mas, sobretudo, são buscadas algumas alternativas para, no mínimo, mitigar problemas.

Neste artigo apresentamos a criação do Circuito, rede integrada de agentes públicos, representantes de órgãos governamentais ou não, que atuam diretamente com a temática imigrante, seja no acolhimento, no atendimento ou no encaminhamento. O Circuito constitui-se como espaço de prospecção de demandas, nas quais as Comunidades de Prática, aqui entendidas como ações do MEF, irão atuar. Debateremos aqui as funcionalidades de ambas as iniciativas, bem como alguns exemplos de suas aplicabilidades. Considerando as principais características do MEF, Interdisciplinar e Profissional, isso, obviamente, tem-se apresentado como um de seus maiores desafios, uma vez que entre os preceitos que o fundamenta está a existência de aplicação da pesquisa e transferência de seus resultados no ambiente profissional do discente.

Para tanto, dividiremos este texto em três partes. Na primeira, discutiremos o que entendemos por *Estudos Fronteiriços*, destacando suas matrizes teóricas, centrando a discussão na perspectiva profissional e interdisciplinar. Em um segundo momento, abordaremos o desenvolvimento da construção de parcerias estratégicas e o estabelecimento do Circuito. E, por fim, analisaremos as possibilidades de ampliação e aprofundamento das atuações do MEF junto aos seus parceiros e às comunidades fronteiriças que atuem com o imigrante, notadamente a partir da sua reestruturação curricular e do início das atividades de Comunidades de Prática.

Contextualização de Estudos Fronteiriços

É importante que, primeiramente, tenhamos claro o que significa “Estudos Fronteiriços”. Para tanto iremos dividir nosso raciocínio em dois pontos: a fundamentação teórica que baliza o sentido deste Mestrado; e, os desdobramentos junto a diversos segmentos e setores que atuam nas fronteiras.

Partimos da distinção entre limites e fronteiras. A fronteira aqui é entendida de maneira diferenciada de outras regiões do país, isto porque é propriedade dela possuir peculiaridades e especificidades, por muitas vezes ignoradas ou desprezadas (Oliveira, 2011, 79) tanto pelas autoridades que nela atuam quanto pelo senso comum.

A fronteira, enquanto categoria de análise, diferencia-se dos limites internacionais no sentido de que a primeira é palco de vivências, experiências, conflitos e trocas, enquanto que o segundo é a linha que divide, fruto de acordos internacionais (Machado, 1998, 41-49). Desta forma, adotamos a compreensão de que fronteira e limites não são sinônimos, nem no sentido político. Seguindo esse caminho, muito importante é observar a distinção entre ambos:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que [sic] for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (Machado, 1998, 42).

Desta maneira, a fronteira nos remete às seguintes ponderações:

A fronteira em seu sentido mais comum está ligada ao preconceito por sua condição de margem, portanto, marginal a uma nação, decorrente de questões históricas e políticas. É um local no qual se pode assinalar a negatividade, atribuída por diversos fatores como o ilícito, a clandestinidade, a miscigenação, entre outros. Não é, apenas, a capacidade do homem em criar suas representações, bem como a função na segurança nacional ou a agenda negativa que tornam a fronteira fascinante, impar e, acima de tudo, mágica. São seus ritos, seus símbolos, seus habitantes e suas instituições, próprios de fronteira, que dão a ela seu caráter de ponto estratégico. Trata-se de suas peculiaridades e suas criações sociais que a colocam em destaque, e por ser borda, ou a parte mais necessitada de interpretações, em todos os aspectos – econômicos, sócio-político, etc. – é sempre intrincada com o imigrante de fronteira: suas condições e contradições (Oliveira & Campos, 2012, 17).

O embaraço trazido pelo senso comum passa a possuir conotações de legitimidade quando valores simbólicos são atribuídos ao limite internacional:

(...) que torna praticamente impossível reduzi-lo ao seu aparato funcional (aduanas, polícia, serviço imigratório) e de regulador de intercâmbios. Basta lembrar dos

aeroportos internacionais, que podem exercer as mesmas funções sem que ninguém lhes atribua a importância simbólica dos limites internacionais (Machado, 2010, 62).

Entendemos aqui os limites como resultado da construção do Estado-nação na modernidade. Ou seja, associado à formação do capitalismo, o limite sempre foi uma expressão do mercado e da política, portanto, é nos limites estatais que se embarça um dos elementos mais complicados de sua existência: naquele lugar coabitam pessoas de origens distintas, denominadas como “nacionais” e “estrangeiros”:

El Estado nacional ha sido el producto más típico de la modernidad y del capitalismo liberal-burgués en tanto esfera de influencia de los mercados locales frente al mercado mundial siempre presente y espacio en el que se producían y se reproducían las identidades correspondientes asumidas como identidades “nacionales”. Sin embargo, éstas se construyeron sobre las bases de un criterio de mercado y control territorial, más que sobre la de uno o varios rasgos afines a las comunidades insertas en las fronteras establecidas por los estados nacionales. Esto tuvo como consecuencia que un gran número de particularismos culturales propios de comunidades “minoritarias” tuvieran que ser marginadas obligándoseles a una integración económica, política y cultural en tanto se consolidaba el aparato de Estado como un núcleo monopolizador de la fuerza coactiva y legítima (Brenna, 2010, 267-268).

Considerando que a modernidade criou o sentido atual das fronteiras interestatais como decorrência da existência de limites criados e legitimados, ou não, pelos organismos de Estado, é lúcido entender que as relações ali existentes são permeadas pelas diferenças entre essas nações e seus nacionais. Assim, se a existência de limites estatais tem como uma de suas funções a de subordinar as ações da vida fronteiriça a si, esta se encarrega de assimilar, da maneira que lhe é permitido, as adaptações que lhe interessam. Ou seja, a vida fronteiriça está, ao menos em grande parte, regulada pelas esferas nacionais que a envolvem e estipulam as normas, leis e regras que farão e darão sentido de nacionalidade aos habitantes. Dessa forma, e considerando que a vida fronteiriça é composta por pelo menos dois Estados, as relações entre esses, em todas as suas esferas, definirá, ao menos parcialmente, aquilo que se identifica como vida fronteiriça. Em outras palavras, a fronteira é prenhe das consequências da existência dos limites e das relações entre os países que a compõem.

Como aplicar esta distinção conceitual em instituições tão formalmente criadas para atuar especificamente naquilo que denominamos limite, como a Polícia Federal, por exemplo? Ou, como criar ambiente favorável para investigação de problemas profissionais em órgãos tão marcados pela assimetria em se tratando de intervenções sobre elementos de fronteira, como Prefeituras, Pastorais, Polícias Civil e Militar? Entendemos que o sentido mais apropriado aos Estudos Fronteiriços seja o de compreender que, por mais que diversas empresas, organismos e instituições estejam limitados à circunscrição imposta pelo limite, o que define as relações e os sentidos profundos da legalidade é a fronteira.

Há a necessidade permanente de verificar epistemologicamente a evolução do sentido de fronteira, de maneira muito especial observando como os seus habitantes e as instituições e empresas nela atuam. Por isso entendemos que o sentido de Estudos Fronteiriços somente terá algum conteúdo a partir de uma prática Interdisciplinar, voltada para o diálogo, não apenas entre as diferentes áreas do saber, mas, sobretudo, entre os problemas que são investigados. A Interdisciplinaridade, constitutiva do MEF, também aparece como problema epistemológico, uma vez que a elaboração e execução de projetos de pesquisa ganham corpo interdisciplinar a partir do estabelecimento de conceitos oriundo de diversos diálogos.

Entendemos que a fronteira é a categoria que impõe desafios não apenas aos estudiosos, mas, sobretudo, aos profissionais que atuam sobre ela. Neste sentido, o MEF está fundamentado em três atividades estruturantes: o processo de permanente revisão de sua estrutura curricular, de modo a permitir não apenas sua atualização, mas, sobretudo, o aperfeiçoamento de caráter profissional; os projetos de pesquisas que garantem o desenvolvimento nos circuitos de gestão do território fronteiriço, além de apoiar o aprimoramento e o refinamento nas atividades de ensino e nas aplicações de soluções encontradas para os problemas profissionais; e ações que visem a sua inserção social através da interdisciplinaridade e da busca pela compartilha de seus resultados. Este último item, em especial, vem sendo alvo de aprimoramento de debates em visando o aperfeiçoamento de suas práticas.

O MEF e os estudos sobre imigrantes: propostas de ação

Um dos pontos fulcrais do MEF é sua atuação com os imigrantes, categoria de análise muito premente, tratando-se de estudos fronteiriços. As investigações sobre o imigrante que decorriam antes da instalação do MEF, tiveram em seu âmbito significativas evoluções, principalmente, a partir da criação do *Núcleo de Estudos sobre Tráfico de Pessoas e Povos de Fronteira* (NEPFRON), em 2013. Trata-se de uma iniciativa que envolve o *Fórum de Trabalho Decente e Estudos de Tráfico de Pessoas* (FTD-ETP), e que visa contribuir para mitigar problemas relacionados à imigração em região de fronteira. De suas pesquisas, e com o envolvimento de parceiros estratégicos, como a Prefeitura Municipal de Corumbá (que nos chega com: a Casa de Passagem, conhecida como Albergue da Fraternidade; CRAM - Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência; o Pronto Socorro Municipal; a Rede Municipal de Ensino; e, o Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) e a Polícia Federal, ocorreu em 2015, a criação do *Circuito de Imigrante em Fronteira* (Circuito), alargado pela participação dos gestores da Associação Beneficente de Corumbá (mantenedora do Hospital Santa Casa de Corumbá), Associação Boliviana-Brasileira e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Os estudos com órgãos que atuam diretamente com o imigrante revelaram-se demasiados incompletos na medida em que as autoridades, os servidores e os usuários dos respectivos sistemas demandavam uma série de problemas que a falta de

conectividade e certa superficialidade nas percepções sobre o ambiente profissional impediam de solucionar. Foi através desta preocupação que o Circuito foi pensado, elaborado e criado, como espaço para que tais demandas pudessem aflorar e os diálogos existirem. A proposta central do Circuito é de que o MEF atue como agente fomentador para a criação de âmbitos específicos nesses órgãos visando: a identificação do problema; a formulação de propostas de solução; e, a aplicação, à exaustão, dessas propostas até encontrar a melhor resposta.

Estrutura do Circuito

Grupos de Trabalho	Integrantes dos Grupos
Saúde	Associação Beneficente Corumbaense e Pronto Socorro
Educação	Rede de Ensino Público e Privado
Documentação	Polícia Federal/Polícia Civil/Pastoral da Mobilidade Humana
Assistência Social	Casa de Passagem/Centro POP/CRAM

Funcionalidades do Circuito

Quem participa	Como participa	Tempo de participação
Agentes indicados pelos gestores dos órgãos	Apontando problemas, compartilhando experiências e deliberando sobre as pautas das reuniões.	Enquanto os gestores os indicar
Pessoas integrantes da sociedade com elevado grau de envolvimento com a temática imigração	Trazendo para o Circuito as percepções de experiências pessoais ou de assistidas.	Indefinido

Neste sentido, acreditamos que deva ocorrer uma dada concomitância da prática interdisciplinar e do seu sentido profissional em relação aos estudos epistemológicos no MEF. Ou seja, um caminho é o de estabelecer com aqueles parceiros estrategicamente definidos a ‘comunidade de prática’, associada à formação teórica dos profissionais que estejam regularmente matriculados no Mestrado.

Comunidade de Prática em Estudos Fronteiriços

O caráter profissional do MEF indica uma variedade de oportunidades de inserção no ambiente de trabalho, o que possibilita diferentes formas e tipos de organização para atender a enorme multiplicidade de temas e ambientes que lidam com a Fronteira. É neste aspecto que pensamos as Comunidades de Prática (CPs) como ferramenta capaz de propiciar novas dinâmicas, desde o ingresso do discente até a conclusão de sua pesquisa, alterando, inclusive, as práticas dos docentes (Fischer, 2005, 24-29)

O termo CPs teve seu conceito desenvolvido por Wenger (1998) e tem sido debatido e adaptado em diversas instituições, incluindo universidades, até mesmo no

Brasil. Trata-se de ações societárias que visam a prática compartilhada em diversos segmentos da sociedade:

O contexto do desenvolvimento societário atual tem salientado a importância do papel das organizações no campo da sociedade civil, bem como as múltiplas articulações entre agentes de diferentes esferas de atuação entre o Estado, o mercado e a própria sociedade civil. Nesta dinâmica, tem sido destacada a temática da gestão social. Esta compreende o universo de práticas organizativas voltadas, prioritariamente, para o atendimento de demandas socialmente definidas pelas populações em seus territórios, sinalizando a importância do social, do político, do cultural e do ambiental, para além do aspecto econômico (Schommer & França Filho, 2010, 205).

Trata-se de criar ambiente propício para que aflore princípios elementares como: responsabilidade social; promoção de clima de confiança; iniciativa para o debate a respeito dos problemas que cercam a todos; interesse profícuo em encontrar soluções. As CPs são, por natureza, promotoras de ações específicas, revelando uma abordagem “predominantemente funcionalista sobre as relações interpessoais no âmbito organizacional, e mesmo sobre a noção de conhecimento. Em outras palavras, raramente [as CPs] têm sido estudadas numa perspectiva crítica” (Moura, 2009, 329). O NEPFRON se ocupa, então, da função em realizar o elo necessário para que a proposta não sucumba a meras perspectivas imediatas, mas, sobretudo, esteja articulada com a produção de saberes.

A metodologia que estamos adotando na implantação das CPs é baseada em três eixos: na aplicação de oficinas no âmbito do NEPFRON, que consiste em qualificar os seus discentes para atividades interdisciplinares, centrando na perspectiva de aplicação das pesquisas e na necessidade de transferência de seus resultados; nos órgãos participantes do Circuito, atuando no sentido de contribuir para que seus agentes percebam a multiplicidade de abordagens da realidade em que atuam; estimular tais agentes, também sob a forma de oficina, para que procurem, conjuntamente, as melhores soluções para o problema apresentado, criando, assim, as CPs. Entendemos que, tanto o discente do MEF quanto o agente servidor do órgão envolvido, não estejam reduzidos a dicotomias como abstrato/concreto. Ao contrário, pensamos que:

O termo prática (mundo da ação) é muitas vezes usado como antônimo de teoria, ideia, ideal (mundo do pensamento e do discurso). Na abordagem de aprendizagem em comunidades de prática, não há dicotomias entre ação e conhecimento, saber e fazer, atividade manual e atividade mental, concreto e abstrato, teórico e prático, ideais e realidade, contemplação e envolvimento, abstração e experiência. O processo de engajamento na prática envolve a pessoa como um todo. Entender e experimentar estão em constante interação, são mutuamente constituídos. Admite-se que a atividade mental não é desincorporada, e a atividade manual não prescinde de reflexão. Nem o concreto é sempre evidente e o abstrato transcendente e genérico (Schommer & França Filho, 2010, 215-216).

Desta maneira, o MEF tem se preocupado em buscar inserções de seus investigadores, docentes e discentes, nas diversas esferas nas quais a fronteira está cotidianamente presente. Isso, principalmente, onde se percebe a existência de problemas cujas demandas estejam à espera de soluções. Trata-se, objetivamente, de iniciativa de variados níveis de complexidade, uma vez que o preparo dos funcionários para que possam atuar em experiências dessa natureza é ponto elementar. Da mesma maneira é extremamente importante que os discentes e técnicos do MEF estejam preparados para um trabalho que não terá a sua intervenção direta como meio principal para atingir os seus objetivos.

O ingresso do discente

Durante certo tempo, desde sua implantação até muito recentemente, o MEF possuiu um padrão de ingresso de seus discentes que em nada se diferenciava dos que estão estabelecidos nos Mestrados Acadêmicos. Além das provas escritas e de suficiência de língua estrangeira, da entrevista e da avaliação da proposta de investigação, o processo não estipulava ações com setores nos quais os candidatos estivessem vinculados. Isso vinha causando deturpações no sentido profissional do MEF, uma vez que uma das etapas mais importantes e, melhor dizendo, mais ligadas à identidade de um Mestrado Profissional (MP), que é a transferência de seus estudos aplicados, estava comprometida. A utilização de mecanismos mais apropriados para o processo seletivo pode se tornar medida extremamente importante, pois acena com a possibilidade do MEF ser requalificado,

Alguns Programas de MP adotam medidas como carta de apresentação da empresa ou instituição ao qual o candidato está vinculado. Trata-se de medida que nos chama bastante a atenção, uma vez que tal carta viria acompanhada de autorização para a aplicação de pesquisa em âmbitos profissionais. Esta alternativa, após debates promovidos no interior do MEF, passará a vigorar para o processo seletivo de 2016. Contudo, tal instrumento, acreditamos, ainda não é suficiente para reafirmar o sentido Profissional do MEF, pois, a Carta de Apresentação de Candidato e Autorização para Desenvolvimento de Pesquisa em Ambiente Profissional terá efeito mais satisfatório como decorrência de outras medidas conjuntas a elas (Costa & Oliveira, 2012, 30-36).

Uma das medidas que antecedem a esta novidade no processo seletivo é a de firmar alguns Termos de Cooperação Técnica (TCT) com aqueles que denominamos como Parceiros Estratégicos do MEF. Em outras palavras, estamos tratando de empresas, instituições, organizações não governamentais que tenham atuações nas regiões de fronteiras internacionais. A qualificação destes TCT está nos produtos das pesquisas dos docentes do MEF que investigam a fronteira há um largo tempo. Ou seja, foram identificados diversos aspectos do cotidiano profissional, desde problemas operacionais, como, por exemplo, as experiências de preconceito que os professores das redes públicas e privadas vivenciam, até os de ordem estrutural, como as vicissitudes a que estão sujeitos os agentes das polícias estaduais e federais na região de fronteira.

Com o objetivo de assegurar a aplicação e a transferência da pesquisa, é muito importante que a proposta de pesquisa contenha, além da qualificação da proposta, o resultado e seu impacto profissional esperado. Desta maneira, espera-se que o futuro discente ingresse com perspectivas de aplicação e transferência dos resultados de maneira tal que satisfaça tais requisitos.

O Imigrante em Perspectiva

Corumbá é uma cidade que se notabiliza pela sua condição fronteiriça. E um dos seus traços mais marcantes é a existência histórica de fluxos migratórios internacionais. Em outro levantamento, dotado de sentido histórico, constatou-se a existência de vinte e cinco nacionalidades coexistindo nesta cidade nos anos 1910, quando a mesma contava com aproximadamente dez mil habitantes (Oliveira, 2001, 25-64). Na atualidade, os fluxos são basicamente em três sentidos. O predominante, no qual os imigrantes utilizam a fronteira como passagem para alcançar outros destinos, como São Paulo, por exemplo. Há outro bastante acentuado, mas sujeito a variações das atividades mercantis, como flutuações cambiais, por exemplo, que são aqueles que dirigem à fronteira como destino comercial, se instalando em ambos os lados. Por fim, e não menos importante, existem as migrações pendulares tendo Corumbá como seu centro, porém com direção em mão dupla para todas as cidades que a cercam.

A Prefeitura Municipal de Corumbá, como um dos organismos participantes do Circuito, estabeleceu que a Casa de Passagem “Albergue da Fraternidade José Lins”, conhecida como Albergue, será o primeiro órgão a ser aplicada a CP. Neste local ocorrem atendimentos dos três tipos de imigração que mencionamos acima, embora o mais frequente seja aquele no qual a fronteira é uma passagem para outros destinos no Brasil e no mundo.

Trata-se de um espaço que possui grau elevado de complexidade em suas ações, uma vez que a clientela acolhida vai desde a pessoas em trânsito, migrantes, imigrantes e até os que se encontram passando por situações emergenciais ou vítimas de calamidades públicas, ou ainda indivíduos que sofreram violações de direitos. A Casa de Passagem é utilizada como local de acolhimento de mulheres vítimas de violência, como acolhimento temporário, enquanto a equipe técnica do CRAM e Delegacia Especializada – DAIJ providenciam a remoção da mulher e de seus filhos, quando os tem. Importante ressaltar que essa atuação é normalmente rápida, sendo que na maioria dos casos em 24 horas, a mulher já é retirada do local e encaminhada ou para o retorno à família, ou transferida para Campo Grande, capital do estado, onde existe a Casa da Mulher Brasileira. Segundo informações obtidas junto aos funcionários, o Albergue atende, ainda, pessoas que apresentam transtornos mentais e usuários de drogas (esses usuários, são pessoas em situação de rua) que perambulam pelas ruas da cidade. Com tais características, o preparo dos profissionais que ali atuam deveria estar na ordem do dia dos gestores, o que não ocorre.

Em se tratando de imigrantes, o Albergue revela sua condição fronteiriça a partir dos dados a respeito desses usuários e de suas nacionalidades. Pela tabela abaixo é possível compreender melhor a variação que nos referimos.

Tabela com número de imigrantes e de nacionalidades atendidos na casa de Passagem “José Lins”

ANO	TOTAL DE IMIGRANTES	TOTAL DE NACIONALIDADES
2012	105	22
2013	192	15

Fonte: Relatório Anual da Casa de Passagem “José Lins” de 2012 e 2013.

Este local possui condições físicas que estão em estado muito ruim de funcionamento. O local está com infiltrações e falta de espaço para a alta demanda de pessoas recebidas pela instituição, que ocorrem em fluxo contínuo. Ainda assim, os serviços são prestados de maneira minimamente satisfatória. Isto por conta da índole e desprendimento de seus funcionários.

Além de oferecer dormitórios, disponibiliza café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, que também sofre pelos escassos recursos destinados aos albergados, havendo momentos em que ocorre falta de gêneros alimentícios. Quanto à segurança do estabelecimento, os usuários e funcionários contam com um guarda municipal, no período noturno e aos finais de semana, que oferece proteção apenas ao patrimônio público e não intervém em quaisquer problemas de ordem de segurança, como ameaças, brigas ou vias de fato. Quando existem ocorrências mais graves, cabe apenas a Polícia Militar e a experiência dos funcionários da Casa de Passagem para providências. Em outras palavras, o principal recurso que os funcionários dispõem para oferecer os serviços e lidar com os problemas das mais variadas naturezas é o imprevisto.

Outro severo problema, diretamente relacionado à variedade de nacionalidades que transitam naquela Casa, é o de comunicação. Em uma de nossas visitas ao local conhecemos um jovem senegalês, que não falava português, inglês ou espanhol. Além da língua nativa, apenas conseguia se comunicar em francês, e com muitas reservas. Após alguns dias em que ele foi acolhido, os funcionários notavam que o mesmo negava alguns tipos de comida, preferindo o jejum. Não sabiam do que se tratava: se era pelo aspecto da refeição, ou por motivos religiosos. Para compreender a forma encontrada para solução do impasse é necessário entender como certos laços são estabelecidos naquela cidade. Primeiramente, é imperativo identificar em Corumbá a existência de rede de solidariedade que consiste em auxiliar os órgãos que atuam com imigrantes, no tocante a diversos serviços, como, por exemplo, o idioma. Neste ponto é relevante considerar o caráter voluntário dessa rede, uma vez que são pessoas que falam com fluência e prestam serviços em casos de necessidade. Naquele momento em que o jovem senegalês e os funcionários estavam como inertes perante o problema de comunicação, não foi encontrado nenhuma pessoa que pudesse intervir traduzindo o francês daquele imigrante.

O imprevisto a que nos referimos ganhou contornos quando foi encontrada a solução. Na rodoviária da cidade é fácil encontrar um senhor, cujo apelido é ‘Grego’. Poliglota, fala fluentemente cinco idiomas: português, inglês, espanhol, alemão e francês. Carregador de bagagens, morador em situação de rua, Grego não chamaria a atenção de alguém que estivesse à procura de um intérprete com aquelas demandas, por ser despojado, embora com posturas que indicam dignidade na vida. Foi graças à ação do Grego que a equipe da Casa de Passagem conseguiu intermediar o encontro via redes sociais entre o jovem senegalês e seu irmão, que vive em São Paulo. As etapas seguintes, como documentação e recursos para a viagem até aquela cidade, entraram depois em fase de viabilização.

O exemplo que ilustramos sobre a Casa de Passagem, fruto de nossa percepção dos problemas ali existentes, não pode contaminar a percepção dos funcionários e usuários. Isto porque a instalação das primeiras oficinas na Casa de Passagem, visando a instalação das CPs naquele local, ocorrerá na mesma medida em que seus membros possam manifestar livremente tanto a existência como a frequência dos problemas, da mesma forma deve ser considerada incólume a liberdade criativa em propor soluções mediatas, ou não.

Considerações Finais

Buscamos neste artigo demonstrar a construção de perfis profissionalizantes no âmbito do MEF, em especial quanto ao atendimento ao imigrante em uma cidade em região de fronteira. É evidente a necessidade de que as pesquisas acadêmicas passem a possuir maiores conexões com ambientes de trabalho dos órgãos que atuam com esses grupos sociais. Tratado aqui como parceiros estratégicos, tais órgãos têm demandado uma complexa realidade que espera por conectividades com um Programa de Pós-Graduação desta natureza.

Desta forma, as CPs passaram a ser importantes instrumentos que, por um lado, deram início a uma reestruturação do MEF, permitindo constantes reavaliações, desde o processo de ingresso até a sua base curricular. Por outro lado, deu ocasião à formação do Circuito, como expressão de uma conectividade bastante necessária. As experiências, a partir das CPs, poderão melhorar as condições a que os imigrantes estão sujeitos. Contudo, isso será possível apenas com o estabelecimento permanente de avaliações compartilhadas com os parceiros e, intimamente, no recinto acadêmico, local que necessita de melhor aferir sua capacidade de debater-se criticamente.

Referências

Brenna, J. E. “De la Frontera Nacional a la Frontera Pluricultural”. In: *Frontera Norte*, V. 22, N. 44, Julio-Diciembre de 2010, pp. 267-268.

- Costa, G. V. L. & Oliveira, M. A. M. “Mestrado Interdisciplinar em Estudos Fronteiriços/UFMS: perspectiva. Discussões e pesquisas”. In: *NUPEM*, v. 4, n. 6, jan-jul. 2012, 27-44.
- Fischer, T. “Mestrado Profissional como Prática Acadêmica”. In: *RBPG*, v. 2, n. 4, Jul. 2005, pp. 24-29.
- Janine Ribeiro, R. “Ainda sobre o Mestrado Profissional”. In: *RBPG*, v. 3, n. 6, 2006, pp. 313-315.
- Machado, L. O. “Limites, Fronteiras, Redes”. In: T. M. Strohaecker et al (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.
- _____. “Sistemas, Fronteiras e Território”. In: *Grupo RETIS*, UFRJ, 2010.
- Moura, Guilherme L. “Somos uma comunidade de prática?” In: *Revista de Administração Pública*, vol. 43, n. 02, mar./abr. 2009, pp. 323-346.
- Oliveira, Marco A. M. “O Mais Importante era a Raça. Sírios e Libaneses em Campo Grande”, MS. Tese de Doutorado, F.F.L.C.H., USP, 2001.
- Oliveira, T. C. M. et al. “Cidades de Fronteira e a Rede Urbana”, In: Pereira, R. H. M. & Furtado, B. A. *Dinâmica Urbano-Regional*. Brasília, IPEA, 2011, p. 79-95.
- Oliveira, M. A. M. & Campos, D. L. “Migrantes e Fronteira: Lógicas Subvertidas Vidas Refeitas”. In: Pereira, J. H. V. & Oliveira, M. A. M. (orgs.). *Migração e Integração. Dourados*, Editora da UFGD, 2012, pp. 17-37.
- Schommer, Paula & França Filho, Genauto C. “A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática”. In: *NAU-Social*, v. 1, n. 1 2010, pp. 203-226.
- Wenger, E. *Communities of practice. Learning, meaning and identity*. New York: Cambridge University Press, 1998.